## **Município do Altinho**



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14				Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	EIII Reals
RECEITAS			Ate o bimestre	
Previsão Inicial				56.208.000,00
Previsão Atualizada				·
				56.208.000,00
Receitas Realizadas				18.530.548,98
Déficit Orçamentário				248.988,26
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)				0,00
DESPESAS				
Dotação Inicial				55.712.000,00
Créditos Adicionais				1.245.900,00
Dotação Atualizada				56.957.900,00
Despesas Empenhadas				36.645.372,53
Despesas Liquidadas				18.779.537,24
Despesas Pagas				16.498.534,73
Superávit Orçamentário		I		0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas				36.645.372,53
Despesas Liquidadas				18.779.537,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida				36.186.161,69
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)				1.546.290,94
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			2.810.422,27	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			-1.264.131,33	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-284.000,00	-246.514,02	86,80
Resultado Primário		873.000,00 -316.675,50 -36,27		
		Cancelamento	Pagamento	Saldo
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Até o Bimestre	Até o Bimestre	a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	9.092.156,58	4.090.536,39	811.691,80	4.189.928,39
Poder Executivo	9.092.156,58	4.090.536,39	811.691,80	4.189.928,39
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.639.557,51	0,00	40.750,48	1.598.807,03
Poder Executivo	1.639.557,51	0,00	40.750,48	1.598.807,03
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	10.731.714,09	4.090.536,39	852.442,28	5.788.735,42
		V-1 A	Limites Constitud	cionais Anuais
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		3.307.502,74	25,00	29,46
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.676.500,34	60,00	83,44
Complementação da União ao FUNDEB		545.864,26	10,00	14,14
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Limite Constitucional Anual	
		Valor Apurado Até o Bimestre	% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.116.727,05	15,00	<u> </u>
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total des Despesse/PCI (9/)		1 Taioi Apo		0.00

FONTE: Sistema e-Pública (1511-2673-770). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/07/2017 e hora de emissão: 21:31.

Total das Despesas/RCL (%)

0,00

 $_{\scriptsize 1}$  Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

## Município do Altinho



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2017/Bimestre Maio-Junho

Continuação

LRF, Art. 48 - Anexo 14

Em Reais

Nota: Este Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), relativo ao 3º bimestre, do Poder Executivo de Altinho, concernente ao exercício de 2017, está sendo publicado em 28 de julho de 2017, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Altinho – PE, período de publicação 28 de julho de 2017 à 29 de setembro de 2017, publicado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, de acordo com o § 1º do artigo 10 da Resolução TC nº 20/2015, bem como publicado no endereço eletrônico http://cloud.publica.inf.br/clientes/altinho\_pm/portaltransparencia/, de acordo com os artigos 52 e 54 da Lei Complementar nº. 101/2000 e com o art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco.